

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM



Os fundamentos económicos do Desenvolvimento Sustentável

Professor Doutor Pedro Oliveira
pedro.oliveira@esg.ipsantarem.pt

Docente da unidade curricular de Economia e Inovação Social

Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social

Abril de 2020

Índice

Resumo	2
1. Problemática do Desenvolvimento Sustentável.....	2
1.1. Correntes paradigmáticas de pensamento económico	3
1.1.1. TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO	4
1.1.1.1. <i>A localização das empresas</i>	4
1.1.1.2. <i>A distribuição espacial de equipamentos coletivos</i>	4
1.1.1.3. <i>Zonamento e estratificação social na cidade</i>	5
1.1.2. TEORIAS DO CRESCIMENTO REGIONAL	8
1.1.2.1. <i>O princípio da causalidade circular e cumulativa e o crescimento desigual</i>	8
1.1.2.2. <i>A teoria da base económica (de exportação)</i>	10
1.1.2.3. <i>A teoria do crescimento polarizado</i>	10
1.1.3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	11
1.1.3.1. <i>Teoria do desenvolvimento endógeno</i>	11
1.1.3.2. <i>Os ecossistemas regionais de inovação</i>	13
Exercício:.....	13
1.2. Os limites do crescimento económico no alcance do bem-estar social.....	16
1.2.1 O conceito de bem-estar social.....	16
1.2.2 Como medir o bem-estar social?	16
1.2.3 O significado de crescimento económico e a sua mensuração.....	17
1.2.4 O significado de crescimento económico e a sua mensuração.....	18

Resumo

Neste documento de carácter didático, concebido à imagem do programa da unidade curricular de Economia e Inovação Social, do curso de Mestrado em Gestão das Organizações de Economia Social, na primeira parte procura-se percorrer os principais blocos teóricos do pensamento económico em que assentam alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Em concreto veremos como as várias reflexões associadas às Teorias da Localização, do Crescimento Regional e do Desenvolvimento Regional desembocam no relevo dado pelas Nações Unidas a temas marcantes na atualidade no que concerne à problemática do desenvolvimento sustentável.

Na segunda parte propõe-se uma atividade na forma de um exercício que consiste em relacionar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável selecionados na parte anterior com os corpos teóricos nesta sistematizados.

Na terceira parte procede-se à problematização em torno da relação entre crescimento económico (numa visão estritamente económica de desenvolvimento) e bem-estar social. De modo que se formula uma questão de partida - em que medida o crescimento económico é condição necessária, mas não suficiente para se alcançar o bem-estar social? – para, de seguida, se estabelecerem algumas questões instrumentais. O documento conclui-se com a resposta sistematizada essas mesmas questões, tendo como suporte algumas referências indicadas no corpo de texto.

1. Problemática do Desenvolvimento Sustentável

Começamos por uma introdução à problemática da unidade curricular: lançar questões de índole económica, social e ambiental que obrigam a uma retrospectiva de abordagens teóricas que marcaram o pensamento económico do séc. XX:

Fonte: Vasconcelos, Diogo (2010). *Inovação Social, a agenda do futuro*. In: Azevedo, C., Franco, R. C., Meneses, J. W. (coordenadores). *Gestão de organizações sem fins lucrativos: O desafio da inovação social*, pp. 31-50. Porto: Imoedições - Edições Periódicas e Multimédia, Lda.

2

“Como combater as **alterações climáticas**, as quais terão uma multiplicidade de impactos (no trabalho, nas cidades, na produção e distribuição)?

Como reduzir a **pobreza e exclusão social**, ainda mais acentuadas em períodos de crise como o que vivemos?

Como combater a **desqualificação**, fazendo evoluir o sistema educativo tradicional, burocrático e dirigido centralmente, típico de uma educação “industrial”, própria dos séculos passados?

Como aumentar a **qualidade de vida dos mais seniores**, num País e numa Europa a envelhecer, onde ser idoso significa depressão, isolamento, solidão, que as soluções institucionais têm, tantas vezes, o condão de agravar?

Como alterar um sistema de saúde pensado para doenças agudas e tratamentos pontuais, num tempo em que proliferam as **doenças crónicas**, cujo tratamento depende, em grande medida, da colaboração e empenho do próprio doente ao longo de períodos prologados?

Que tipo de mudanças radicais nos modelos de serviço, podem ser introduzidas na **administração pública**, hoje confrontada com a necessidade de fazer mais com menos? E que novo papel deve o Estado assumir num mundo em que a lógica do “comando e controlo” é crescentemente substituída pela expectativa de colaboração, de criação colectiva e de participação de cidadãos e da sociedade civil?

Como tirar partido da **capacidade e inteligência colectiva** para imaginar novos futuros possíveis, novas oportunidades de solução?

Os desafios são vastíssimos, as novas soluções ainda escassas e sem escala. *Daí a pertinência da inovação social, que se traduz em novas ideias ou em novas aplicações de ideias existentes, na resposta a necessidades sociais.*”

1.1. Correntes paradigmáticas de pensamento económico

Objetivo do subcapítulo:

Conhecer os paradigmas da ciência económica dominantes no séc. XX que estão na génese do modelo de Desenvolvimento Sustentável preconizado na *Agenda 2030* das Nações Unidas (fonte: <https://unric.org/pt/todos-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>):



CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO



REDUZIR AS DESIGUALDADES NO INTERIOR DOS PAÍSES E ENTRE PAÍSES



TORNAR AS CIDADES E COMUNIDADES INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS



GARANTIR PADRÕES DE CONSUMO E DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

Pergunta de partida:

Em que medida as correntes paradigmáticas de pensamento económico permitem explicar os 4 objetivos selecionados?

1.1.1. TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO

1.1.1.1. A localização das empresas

As empresas escolhem as localizações (ótimas) na busca de vantagens competitivas sob a forma de minimização dos custos de produção e de transação (incluindo transporte, logística, informação e regulamentação). Tal implica estar perto de (ou situado em):

- a) Fontes de abastecimento de matérias-primas (atividades agrícolas e industriais)
- b) Mercados de consumo (aglomerados urbanos)
- c) Áreas dotadas de mão de obra qualificada em abundância
- d) Principais vias de transporte (incluindo portos marítimos, vias rodoviárias e ferroviárias)
- e) Centros de conhecimento (polos tecnológicos)
- f) Serviços financeiros eficientes
- g) Países e regiões com uma atmosfera propiciadora dos negócios (incerteza reduzida para o investidor): estabilidade política, proteção da propriedade privada, segurança pessoal, vantagens fiscais, etc.

Conclusão:

As escolhas ótimas de localização dos agentes económicos (produtores e consumidores) induzem desigualdades nos ritmos de desenvolvimento empresarial e de crescimento económico dos países, regiões e cidades.

Evidências nos ODS:

ODS9:

- Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

ODS10:

- Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais.

1.1.1.2. A distribuição espacial de equipamentos coletivos (economias de urbanização)

A dotação de equipamentos coletivos (creches, escolas, lares, cantinas, jardins, pavilhões desportivos, bibliotecas, centros de saúde e hospitais, aeroportos, barragens, autoestradas, etc.) depende da sua sustentabilidade económica. Para o efeito, importa considerar a relação custo/benefício dos equipamentos consoante o seu 'limiar de rendibilidade', trate-se de um bem privado ou de um bem público.

Esse limiar implica que a provisão deverá ser assegurada respetivamente através:

- do *mercado*, havendo um *limiar mínimo de rendibilidade* a ponto de a procura ser suficiente para gerar receitas totais que cubram os custos totais de produção/exploração (bem/serviço);
- do *Estado* (em sentido amplo), na condição de existirem contribuintes/residentes no território-alvo em condição de “pagar”, indiretamente (através de impostos) ou diretamente (por via de taxas), a existência do equipamento.

Portanto, à medida que aumenta o volume de recursos necessário para assegurar a dotação de um determinado equipamento, maior terá de ser a dimensão do mercado (bens privados) ou da população-alvo (desde bens públicos locais a bens públicos nacionais).

Significa isto que na repartição espacial dos equipamentos coletivos haverá uma correlação positiva entre: a dimensão dos aglomerados populacionais, o poder de compra (ou rendimento) por habitante, e a variedade e qualidade de equipamentos coletivos que neles estão implantados.

Os economistas associam à grandeza (ou escala) populacional o conceito de *economias de aglomeração* (ou de *urbanização*):

- i. Quanto maior for a dimensão da clientela ou população-alvo, maior será a rentabilização de um equipamento ou infraestrutura cujo investimento e/ou os custos fixos de manutenção sejam muito elevados.
- ii. Quanto maior o aglomerado populacional (ou a dimensão dos centros urbanos) maior é a probabilidade de atrair equipamentos coletivos de nível superior (aqueles que exigem maior dimensão da população-alvo para viabilizar economicamente a sua existência).
- iii. As cidades de maior dimensão tornam-se foco de atração de serviços e equipamentos diferenciados ou de elevado nível de qualidade. Com efeito, a diversidade de equipamentos coletivos de nível superior tende a ser maior nos grandes centros populacionais dado que frequentemente servem a mesma ‘clientela’ ou população-alvo. Deste modo, tendem a atrair residentes noutras cidades e vilas situadas na sua área de influência.
- iv. As cidades de menor dimensão irão especializar-se na “oferta” de equipamentos menos complexos (ou dispendiosos), beneficiando das deseconomias de aglomeração das grandes cidades (congestionamento, custo de vida, etc.). Dada a sua menor dimensão, estarão em condições de disponibilizar menos serviços coletivos, podendo contrariar esta desvantagem por via de redes urbanas compostas por centros urbanos de pequena e média dimensão que oferecem em complementaridade equipamentos de nível superior (equiparando-se, em conjunto, aos grandes centros urbanos e aliviando estes da pressão populacional).

Conclusão:

A hierarquia de equipamentos coletivos consoante o seu “limiar de mercado” ou “área de influência” força naturalmente (como uma “mão invisível”) a existência de assimetrias espaciais na dotação de equipamentos coletivos (incluindo serviços públicos, a nível local).

1.1.1.3. Zonamento e estratificação social na cidade

O uso do solo urbano é disputado pelos agentes económicos em função da distância ao CBD (*Central Business District*), a zona mais cara nas grandes cidades dada a intensa procura por parte das grandes empresas (sedes e escritórios de filiais de multinacionais) e dos serviços centrais do Estado. Trata-se do centro de negócios, de emprego altamente qualificado e melhor remunerado, servido por uma densa malha de redes multimodais de transportes,

dotado de largas avenidas desenhadas para facilitar grande volume de tráfego de viaturas e de transeuntes, atraindo multidões diariamente em movimentos pendulares – e com elas a restauração e serviços à medida das rotinas diárias de quem trabalha nesta zona (incluindo lojas de luxo).

A disputa enorme pelo solo disponível (no CBD) favorece a construção em altura, reconfigurando o típico centro histórico ao ponto de progressivamente a tradicional função residencial (nos bairros históricos) dar lugar a comércio e serviços especializados, culminando na descaracterização arquitetónica e progressiva desertificação humana. O solo disponível é rapidamente edificado por força da especulação imobiliária, induzindo a terciarização dos grandes centros urbanos e o surgimento de condomínios de luxo onde outrora existiam bairros populares, predominantemente habitados por residentes de fraca condição socioeconómica embora dotados de intenso espírito de vizinhança.

Constata-se, pois, que o centro da cidade e respetiva área envolvente tende a estar ao alcance somente de segmentos da população com maior poder de compra ou capacidade contributiva, interessadas em áreas residenciais muito acessíveis aos empregos e dotadas com serviços de proximidade que conferem conforto e qualidade de vida.

Em contrapartida, à medida que o rendimento diminui as famílias vão sendo “empurradas” para a periferia, aonde a disponibilidade de solo é maior, facilitando a construção de edifícios residenciais e escritórios mais económicos e a instalação de armazéns e de grandes superfícies comerciais grossistas e retalhistas (“catedrais de consumo”). Simultaneamente, porque existe menor densidade de serviços qualificados – na área da banca, da consultoria jurídica, das tecnologias de informação e da comunicação, e da consultoria de gestão/auditoria e administração central - nota-se maior abundância de emprego não qualificado (pior remunerado), a par das zonas industriais as quais implicam maior fluxo de tráfego de mercadorias, gerando riscos agravados de poluição ambiental.

6

Com a expansão urbana, alimentada pela especulação imobiliária e migrações, a configuração dos bairros nos limites urbanos vai denunciando o menor rendimento dos seus residentes (e, claro, a maior incidência de pobreza), visível na menor qualidade de construção e monotonia estética dos bairros edificados. A agravar o ambiente humano assiste-se vulgarmente à menor dotação de espaços públicos úteis e agradáveis para os moradores (jardins, escolas, centros de saúde, etc.) – muitas vezes obrigados a percorrer longas distâncias - e à desarticulação das infraestruturas básicas (saneamento e rede de transportes) à medida que cresce a malha urbana de forma tendencialmente desordenada e caótica (o caso dos bairros clandestinos, sobretudo nas décadas de 1960 a 1990 em Portugal). Neste contexto é frequente observar-se maior incidência de desemprego, dependência da assistência social, marginalidade e violência – em síntese, exclusão social.

Conclusão:

A terciarização do centro urbano e a modernização das redes de transportes provocam a expansão “natural” das cidades e favorecem a periferização e discriminação negativa das famílias economicamente carenciadas, dificultando-lhes o acesso à educação de nível superior e a empregos bem remunerados - limitando às novas gerações o “elevador social”.

Exercício em aula:

ligar os seguintes tópicos dos ODS em discussão com os 3 campos de abordagem em torno das Teorias da Localização.

Evidências nos 4 ODS:

ODS9:

- Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua participação nos países menos desenvolvidos. => Localização das empresas (secção 1.1.1.1).

ODS10:

- Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas. => Distribuição espacial de equipamentos coletivos (secção 1.1.1.2)

ODS11:

- Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata. => Zonamento e estratificação social na cidade (secção 1.1.1.3)
- Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. => Zonamento e estratificação social na cidade (secção 1.1.1.3)
- Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. => Distribuição espacial de equipamentos coletivos (secção 1.1.1.2)
- Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento. => Distribuição espacial de equipamentos coletivos (secção 1.1.1.2)
- Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Enquadramento para a Redução do Risco de Desastres de Sendai 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres em todos os níveis. => Zonamento e estratificação social na cidade (secção 1.1.1.3)

ODS12:

- Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. => Distribuição espacial de equipamentos coletivos (secção 1.1.1.2) + Zonamento e estratificação social na cidade (secção 1.1.1.3)

1.1.2. TEORIAS DO CRESCIMENTO REGIONAL

Previamente deve-se assumir que este conjunto de teorias espelham um debate muito intenso e controverso em torno de uma clivagem à volta dos conceitos de crescimento económico e desenvolvimento.

Simplificando, os economistas da corrente neoclássica interpretam o crescimento económico como a essência do desenvolvimento traduzindo-se num processo histórico de crescimento sustentado do rendimento ou valor acrescentado (produto interno) por habitante, implicando a melhoria do padrão de vida da população através de um processo sistemático de acumulação de capital e do incremento de conhecimento ou progresso técnico.

Mas existe uma outra corrente, no ramo da chamada economia política do desenvolvimento, mais focada nos frutos desse processo de acumulação em matéria de ganhos de bem-estar equitativamente repartidos. Ou seja, o crescimento é visto como condição indispensável para o desenvolvimento, porém não suficiente. Neste caso, o desenvolvimento implica mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas.

Por outras palavras, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia atrasada numa economia moderna, dinâmica e eficiente, com melhoria nos indicadores de bem-estar económico e social - como a pobreza, o desemprego, as condições de saúde e de alimentação, o saneamento básico, a educação, a segurança, a habitação, a cultura, o acesso à informação e a inovação.

Portanto, o processo de desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, uma vez que os frutos do crescimento nem sempre beneficiam a população como um todo (subcapítulo 1.2).

O desenvolvimento deve ser, pois, entendido como um *processo de crescimento acompanhado de alterações estruturais na economia, o qual depende das características de cada país ou região, da sua história económica, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais existentes*. É com base nesta premissa que identificamos, de seguida, três importantes referências teóricas que em comum têm a perspetiva de um desenvolvimento desequilibrado à escala quer dos países, quer das regiões dentro de um mesmo país.

1.1.2.1. O princípio da causalidade circular e cumulativa e o crescimento desigual

A teoria do economista sueco Gunnar Myrdal (Prémio Nobel da Economia de 1974¹) foi elaborada a partir de um estudo que o próprio realizou sobre o racismo nos EUA², no qual identificou que o complexo problema social envolvia um conjunto de aspetos interdependentes, circulares e cumulativos. Tratava-se de um processo cumulativo, que não sendo controlado, levaria ao aprofundamento das desigualdades sociais à escala não apenas daquele particular país, mas dos diferentes países (incluindo África, Ásia e América Latina), tendo contornos mais graves nos países menos desenvolvidos.

Numa visão dicotómica, Myrdal assume existirem dois grupos de países:

- os países “desenvolvidos”, caracterizados por altos níveis de rendimento per capita;
- e os países “subdesenvolvidos”, caracterizados por níveis de rendimento per capita extremamente reduzidos e baixos índices de crescimento económico.

¹ Biografia em:

<https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/myrdal/biographical/>

² A obra fundamental de Myrdal (1957) é contemporânea da luta pacífica pelo reconhecimento dos direitos civis dos negros norte-americanos, iniciada em 1955 por Martin Luther King (Prémio Nobel da Paz, em 1964).

Refere adicionalmente que pode haver disparidades de crescimento económico dentro dos próprios países, visto que nos países desenvolvidos existem regiões estagnadas, assim como nos países subdesenvolvidos existem regiões prósperas.

Esta dualidade de níveis de crescimento económico e de desenvolvimento levou o autor a formular uma teoria para explicar a dinâmica económica regional, entre e dentro dos países, baseada num *processo de causalidade circular cumulativa*, no qual o sistema económico é considerado como sendo algo eminentemente instável e desequilibrado.

A essência dessa teoria assenta no contraste 'centro versus periferia'. Segundo essa ótica, o desenvolvimento nunca será igual entre as regiões, pois é desequilibrado e tende a favorecer as economias mais desenvolvidas, em detrimento das mais pobres. O próprio processo de desenvolvimento cria **economias externas de aglomeração** favoráveis à sua continuidade, gerando *efeitos de sucção* (*de polarização*, ou '*backwash effects*') de recursos estratégicos para o desenvolvimento dos países e regiões periféricos. A migração da população ativa mais jovem, bem como de pessoal técnico mais qualificado; o movimento de capitais em busca de taxas de rendibilidade mais elevadas; e o comércio focado nas áreas centrais são os meios pelos quais o processo de acumulação segue uma trajetória ascendente nas regiões mais desenvolvidas, e descendente nas mais pobres.

Além da evasão de capitais e de trabalhadores, as regiões menos desenvolvidas enfrentam ainda outros problemas; por exemplo, deficiências na área das infraestruturas e de serviços públicos básicos que dificultam o processo de acumulação. Acresce que as regiões mais ricas exportam produtos manufaturados de maior valor acrescentado para as regiões mais pobres, enquanto que estas são exportadoras apenas de matérias-primas básicas e alimentos não processados, cujos preços são altamente voláteis nos mercados internacionais. Esta desigualdade nos termos de troca acentua as assimetrias regionais.

Mas Myrdal admite também a possibilidade de se gerarem '*spread effects*' (*efeitos propulsores ou de difusão*) que representam ganhos obtidos pelas regiões periféricas por meio do fornecimento de bens de consumo e/ou matérias-primas para a região-centro, bem como as externalidades positivas na forma de difusão espacial de novas tecnologias a partir do centro para a periferia. Se a difusão for forte o suficiente para cobrir os efeitos de polarização dos centros mais antigos, novos centros económicos autossustentáveis surgirão. Contudo, os efeitos de polarização acabarão por se sobrepor de tal forma que as regiões periféricas continuarão relativamente estagnadas.

Em última análise, o economista sueco faz notar que se as forças de mercado não forem controladas por **políticas intervencionistas**, a produção industrial e as demais atividades económicas tenderão a se concentrar em determinadas localidades ou regiões ("centro"), deixando o resto do país relativamente estagnado (designadamente a larga maioria das áreas rurais). Esta é uma das relações de interdependência, por meio das quais, no processo de acumulação a pobreza se torna a sua própria causa em jeito de círculo vicioso (numa aproximação ao pensamento de Nurkse, seu contemporâneo).

Na visão de Myrdal são necessárias medidas estatais (incluindo ajuda financeira externa) para compensar os efeitos de polarização do comércio interregional, para incentivar o investimento, influenciar a alocação do capital em diferentes regiões, melhorar a infraestrutura de transportes, estimular a instalação de novas fábricas ou parques industriais, gerar capacidade de importar máquinas e equipamentos, aumentar a produtividade da agricultura, bem como investir nas áreas sociais (saúde e educação), estimulando o crescimento equitativo.

Concluindo, à semelhança do que aconteceu nos países desenvolvidos, a seguir à 2ª Guerra Mundial, deverão ser postas em prática nos países subdesenvolvidos reformas da segurança social e taxação progressiva, para interligar os progressos económico e social cumulativos e buscar a igualdade de oportunidades entre todas as regiões e países. A ação estatal é

fundamental e indispensável para controlar as forças de mercado e evitar a ação concentradora das mesmas.

1.1.2.2. *A teoria da base económica (de exportação)*

Esta teoria foi elaborada por Douglass North (1955) devido às inadequações, em seu entender, da teoria do crescimento regional para explicar a dinâmica da economia norte-americana, que não correspondia à sequência de estágios tipificada por esta. De acordo com a teoria do crescimento regional uma determinada região percorre distintos estágios no seu processo de desenvolvimento, iniciando nas atividades de subsistência, passando por uma diversificação da produção agrícola, decorrente da expansão do comércio inter-regional, atingido a industrialização e por fim alcançando uma especialização em atividades terciárias, produzindo, sobretudo para o mercado externo.

North contesta a ideia de que o crescimento sustentado tenha de assentar forçosamente num processo de industrialização – isto é, uma região pode ter continuidade no seu crescimento sem necessariamente abandonar as suas atividades agrícolas. Desenvolve, então, uma teoria alternativa assente na dicotomia entre *atividades locais* orientadas para a procura interna (incluindo o comércio e indústria tradicionais e serviços públicos) e *atividades de exportação*.

Considerando o caso de uma região em vias de desenvolvimento, o autor entende que o setor básico será aquele que revelar maior dinamismo de crescimento e esse será necessariamente, numa primeira fase, o setor exportador já que o aumento das exportações desencadeará o aumento da procura nos sectores/atividades locais, através do aumento do rendimento per capita e dos efeitos de encadeamento a montante e a jusante no processo produtivo.

A expansão das exportações estimula o alongamento da respetiva cadeia produtiva com o aparecimento na região (ou país) de múltiplos fornecedores especializados e promove a emergência e o desenvolvimento de sectores complementares (logística, transportes, marketing, etc.).

À medida que se vão gerando efeitos de transmissão às atividades locais, o investimento nas mesmas vai aumentando, tal como a diversificação da base económica da região, reduzindo a sua dependência do setor exportador.

1.1.2.3. *A teoria do crescimento polarizado*

A teoria dos polos de crescimento foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial em França, em redor de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr. Os polos industriais de crescimento surgem em torno:

- de uma aglomeração urbana importante (Paris);
- ao longo das grandes fontes de matérias-primas (Vale do Ruhr);
- assim como nos locais de passagem de fluxos comerciais significativos e em torno de uma grande área agrícola dependente (São Paulo).

A questão fundamental da teoria dos polos de crescimento centra-se no conceito de polarização, uma vez que este determinará o grau de transformações provocado pela inserção das indústrias motrizes no sistema económico. Entende-se por **polarização** o fenómeno pelo qual o crescimento de uma atividade económica movimentava outras atividades por meio das economias externas.

A concentração industrial através da formação de polos de crescimento possibilita diversas vantagens económicas para as empresas neles localizadas. Desde logo, existem ganhos de produtividade proporcionados pela aglomeração, possibilitando às unidades industriais ali

instaladas - atuando ora a jusante, ora montante da indústria motriz - operar na máxima escala (maximizando a sua eficiência por meio das chamadas economias de escala na produção e aprovisionamento). Beneficiam, também, das infraestruturas de saneamento e transportes (investimento público), das economias de urbanização (ver secção 1.1.1.2). Tal dinâmica empresarial culminará na expansão da produção e do rendimento regionais.

Um complexo industrial, entendido como um conjunto de atividades ligadas por relações técnicas de produção, funcionará como **polo de crescimento** quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e constituirá **um polo de desenvolvimento** quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido.

A indústria motriz, líder do complexo industrial, obrigatoriamente deve apresentar as seguintes características:

- a) crescer a uma taxa superior à média da indústria nacional;
- b) possuir inúmeras ligações de input-output, através da compra e venda de inputs, realizada no seu meio (i.e. na sua região de implantação);
- c) apresentar-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e estrutura oligopolista;
- d) possuir grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos inputs e a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas;
- e) produzir para o mercado nacional e mercado externo.

1.1.3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ainda que se reconheçam neste paradigma afinidades teóricas com as abordagens anteriores, o corpo das denominadas teorias do desenvolvimento regional desliga o foco no crescimento económico e nas assimetrias regionais para se centrar na compreensão dos múltiplos fatores de ordem económica, tecnológica, política, social, histórica e cultural intrínsecos aos territórios.

Entre estas correntes existe uma conceção generalizada de que as etapas do processo de desenvolvimento dos países e regiões mais industrializados e urbanizados não terão de ser necessariamente replicadas ou imitadas à escala global. As trajetórias de desenvolvimento dependerão, em larga medida, da criação de riqueza – implicando o crescimento económico – mas importa sobretudo a forma como o bem-estar social é sustentadamente obtido. Neste sentido, uma região mais rica (com um nível de PIB mais elevado) não é necessariamente mais desenvolvida, devendo-se atender a aspetos intangíveis determinantes da qualidade de vida dos cidadãos – incluindo a solidariedade intergeracional em matéria de ambiente e no acesso a bens e serviços considerados determinantes para o referido bem-estar social.

É neste quadro que emanam conceitos que permitem fundir a análise económica e social na discussão do Desenvolvimento Sustentável. Referimo-nos, designadamente, aos conceitos Schumpeterianos de empreendedorismo e de inovação, ao capital humano, ao capital social (conceito sociológico, de Robert Putman) e às interdependências (ou sinergias) não mercantis enquanto determinantes das dinâmicas de aprendizagem coletiva e da capacidade endógena de realização de projetos com impacto em matéria de desenvolvimento económico e social (criação de emprego qualificado, redução das desigualdades sociais e integração de forma sustentável na economia global com base no conhecimento).

1.1.3.1. Teoria do desenvolvimento endógeno

Com origem historicamente situada por volta dos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno encontra uma referência maior em Stöhr, para quem

o desenvolvimento deveria ser entendido como um *processo integrado de alargamento das oportunidades dos indivíduos, dos grupos sociais e das comunidades organizadas territorialmente a escalas pequena e intermédia, a ponto de mobilizar o amplo leque de capacidades e recursos ao dispor destas para seu benefício comum em termos sociais, económicos e políticos.*

O modelo de desenvolvimento preconizado pelo autor distancia-se, assim, da conceção dominante à época, baseada no paradigma da grande empresa (inspirado nas Teorias da Base Económica e do Crescimento Polarizado), acusando-a de *ignorar a diversidade cultural e natural dos territórios*, e de acabar por conduzir a uma centralização do poder (nomeadamente, no plano económico e político) em organizações privadas ou públicas.

Assumindo de forma deliberada e intencional uma atitude de inconformismo com o domínio do capitalismo industrial à escala global, subjugando governos de países com recursos económicos muito limitados, Stöhr reclama uma certa “*autodeterminação*” para os povos das regiões económica e socialmente desfavorecidas. Afirma literalmente que o Desenvolvimento “a partir de baixo” (ou endógeno) tem como componente essencial:

“reclamar um grau mais elevado de *autodeterminação* para as áreas rurais e outras áreas periféricas na utilização ou transformação das instituições periféricas existentes (ou a criar) em ordem a promover o desenvolvimento periférico diversificado em linha com objetivos autodeterminados – em vez de utilizar primariamente instituições externas para promover o desenvolvimento com base em necessidades e padrões definidos externamente (principalmente na região-centro). Tal deverá conduzir a um maior equilíbrio entre as populações da região periférica e da região-centro nos processos de decisão em todos os níveis de governo. Tal deverá facilitar a retenção nas áreas periféricas de uma maior parcela de excedente aí gerado, por via da mobilização dos seus próprios recursos.”

Na década de 1990 esta corrente adquire especial destaque ao defender que fatores de produção intangíveis - como o capital social³, o capital humano, o conhecimento, a investigação e o desenvolvimento (I&D), a informação e as instituições - seriam determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. A região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

12

Neste quadro de análise, muito resumido, o desenvolvimento endógeno traduz-se, então, em duas dimensões:

- A económica, na qual a comunidade empresarial local utiliza a sua capacidade para organizar, da forma mais eficiente e eficaz possível, os fatores produtivos da região.
- A sociocultural, onde os valores e as normas sociais e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

O corolário desta visão são as múltiplas evidências recolhidas por notáveis investigadores que desenvolvendo trabalho de campo nos EUA (Silicon Valley), na Itália (os “distritos industriais”), na Alemanha (Rühr) e no Japão são levados a concluir resumidamente que:

Uma estratégia política de desenvolvimento regional não se pode basear apenas em ações de cunho ortodoxo, como linhas de crédito, incentivos fiscais ou de investimentos na formação bruta de capital fixo. Deve também, e fundamentalmente, procurar manter e ampliar o ‘stock’ de capital social na sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a

³ Define-se como o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, o qual torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade (Putman, 1993).

abertura ao diálogo com os diversos ‘stakeholders’ integrantes das comunidades regionais.

1.1.3.2. *Os ecossistemas regionais de inovação*

Fruto do cruzamento das correntes evolucionista e institucionalista, esta perspetiva enfatiza a importância da inovação e da tecnologia como forma mais adequada de promover o desenvolvimento regional sustentável. A ideia central dessa ênfase na inovação tecnológica é tornar as regiões mais competitivas e menos vulneráveis a problemas de ordem conjuntural, reconhecendo que estruturalmente *a difusão do conhecimento e a inovação serão determinantes na capacidade de criação de valor das empresas*, particularmente na era da economia digital e em que as questões do ambiente estão na ordem do dia.

Uma constatação importante erguida por esta corrente é que a mesma defende a *constituição de redes de cooperação em diferentes escalas de atuação – do âmbito nacional ao regional – visando acelerar os processos de transferência de conhecimento para o setor produtivo graças às parcerias entre as empresas, as instituições de ensino superior e os centros de I&D*. O estabelecimento de tais parcerias dependerá da convergência de interesses e do grau de confiança entre os ‘stakeholders’ o que requer capacidade coletiva de governança e uma interação sistemática, facilitadas pela proximidade quer física (baseada na aglomeração espacial), quer relacional (por via das plataformas digitais facilitadoras da comunicação eficaz à distância).

Numa definição generalista, podemos então conceber um *ecossistema regional de inovação* como uma rede de atores e instituições ligadas a uma região (ou a várias regiões geograficamente próximas, inclusive de países vizinhos), focada na geração, distribuição e apropriação do conhecimento. Engloba o conjunto de atores e organizações (empresas, instituições de ensino superior e centros de investigação) sistematicamente envolvidos no desenvolvimento da inovação e aprendizagem interativa através de práticas reguladas por contratos formais, mas também por normas de conduta tacitamente assumidas como sinal de cooperação e mobilização intencional de recursos humanos, materiais e financeiros.

A eficácia do sistema regional de inovação irá depender do grau de ancoragem aos territórios de implantação (sejam países ou regiões). Caso não se verifique uma valorização do capital humano endógeno (entenda-se o envolvimento direto de pessoas formadas nas escolas superiores e centros de formação profissional estabelecidos nesses mesmos territórios) nos processos de criação e disseminação do conhecimento nas empresas, as sinergias de conhecimento (*‘knowledge spillovers’*) não se produzirão com a eficácia desejada, tornando o território de acolhimento como mero objeto de suporte da sua infraestrutura.

Quer isto dizer que, do ponto de vista prático, a criação de centros tecnológicos através de um consórcio entre associações empresariais, centros de formação profissional e uma ou várias instituições regionais de ensino superior terá de acrescentar capacidade inovadora ao tecido empresarial da região; sobretudo, em setores produtivos seriamente expostos à concorrência do exterior, favorecida por custos laborais mais baixos.

Simultaneamente o ecossistema regional de inovação deverá gerar *inovações disruptivas*, desencadeando novas oportunidades de negócio e de emprego, que permitam alargar a base de sustentabilidade dos territórios – não apenas do ponto de vista estritamente económico, mas também social (maior investimento nas pessoas em risco de exclusão social e pobreza) e ecológico (disseminação de práticas mais eficientes no que toca ao consumo de água potável e à preservação dos ecossistemas terrestres e marinhos).

Exercício:

ligar os seguintes tópicos dos ODS em discussão com as Teorias do Crescimento Regional (secção 1.1.2) e do Desenvolvimento Regional (secção 1.1.3). Aceda aos ODS em:

<https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>

Seguir a seguinte forma de organização da sua resposta por escrito, a submeter na Moodle, semelhante ao usado na página 6 do guião de estudo:

ODS9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

- Reproduzir um item que considere relevante:

Argumento teórico: o estudante vai mencionar pelo menos um elemento explicativo conforme referido a respeito da Teoria do Crescimento Regional ou da Teoria do Desenvolvimento Regional (ou de ambas, porventura), referindo obrigatoriamente qual ou quais as Teorias de referência em que se está a basear (conforme o guião da aula 2).

(Deve elaborar o seu texto com a mesma formatação aqui usada).

ODS10: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

- Reproduzir um item que considere relevante:

Argumento teórico: o estudante vai mencionar pelo menos um elemento explicativo conforme referido a respeito da Teoria do Crescimento Regional ou da Teoria do Desenvolvimento Regional (ou de ambas, porventura), referindo obrigatoriamente qual ou quais as Teorias de referência em que se está a basear (conforme o guião da aula 2).

(Deve elaborar o seu texto com a mesma formatação aqui usada)

ODS11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

- Reproduzir um item que considere relevante:

Argumento teórico: o estudante vai mencionar pelo menos um elemento explicativo conforme referido a respeito da Teoria do Crescimento Regional ou da Teoria do Desenvolvimento Regional (ou de ambas, porventura), referindo obrigatoriamente qual ou quais as Teorias de referência em que se está a basear (conforme o guião da aula 2).

(Deve elaborar o seu texto com a mesma formatação aqui usada)

ODS12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

- Reproduzir um item que considere relevante:

Argumento teórico: o estudante vai mencionar pelo menos um elemento explicativo conforme referido a respeito da Teoria do Crescimento Regional ou da Teoria do Desenvolvimento Regional (ou de ambas, porventura), referindo obrigatoriamente qual ou quais as Teorias de referência em que se está a basear (conforme o guião da aula 2).

(Deve elaborar o seu texto com a mesma formatação aqui usada)

ODS ##: Introduzir o título do ODS que escolheu

- Reproduzir um item que considere relevante:

Argumento teórico: o estudante vai mencionar pelo menos um elemento explicativo conforme referido a respeito da Teoria do Crescimento Regional ou da Teoria do Desenvolvimento Regional (ou de ambas, porventura), referindo obrigatoriamente qual ou quais as Teorias de referência em que se está a basear.

(Deve elaborar o seu texto com a mesma formatação aqui usada)

1.2. Os limites do crescimento económico no alcance do bem-estar social

A questão de partida essencial que se coloca é a seguinte:

Em que medida o crescimento económico é condição necessária, mas não suficiente para se alcançar o bem-estar social?

Face a esta questão de partida, várias questões operacionais (ou instrumentais) se poderão colocar. Vamos equacionar as seguintes:

1. O que se entende por bem-estar social?
2. Qual a métrica para o bem-estar social?
3. Qual o significado de crescimento económico e como medir?
4. Haverá correlação entre os indicadores destas duas variáveis de estado?

De forma simplificada, poderemos invocar o seguinte conjunto de afirmações (ideias consensualizadas entre a academia) para cada questão.

1.2.1 O conceito de bem-estar social

Sobre a definição do bem-estar social podemos considerar que se trata de uma variável complexa, multidimensional e dinâmica. É complexa porque tem, desde logo, uma natureza normativa baseada em princípios e normas de comportamento socialmente consagradas e que definem padrões de adesão dos indivíduos ao respetivo grupo e o respetivo reconhecimento.

O conceito de bem-estar social depende, portanto, dos grupos sociais, mais precisamente da ordem de valores, princípios e direitos estabelecidos como ideais em cada comunidade. Ora, se os grupos sociais (os povos) têm referenciais (i.e., valores e normas sociais) distintos - em função da sua religião, história, cultura, tradições, regime político, modo de funcionamento das instituições, forma de relacionamento social, etc. - é inevitável admitir que “bem-estar social” assume uma configuração distinta consoante os países.

Obviamente que a globalização pode induzir uma homogeneidade nas mentalidades e nas perceções dos povos, mas a configuração dos respetivos valores e normas sociais acabará por ter um peso significativo, ao ponto de a noção de realização do indivíduo (a sua felicidade) variar de forma significativa entre esses mesmos povos (como é demonstrável em ciências como a geografia humana e a antropologia).

Finalmente, refira-se que a noção de bem-estar social é dinâmica porquanto está muito associada ao paradigma dominante em cada época histórica numa mesma comunidade, tendo subjacente naturalmente a evolução das *condições materiais e morais de vida dos povos*. Neste capítulo, importa reter que a perceção dos indivíduos sobre bem-estar é relativa no tempo dentro de um mesmo grupo social: existe, ou não, na atualidade uma ideia generalizada de felicidade instalada na população?

1.2.2 Como medir o bem-estar social?

Nesta pergunta cabem múltiplas dimensões que remetem para a comparação com os seus concidadãos e concidadãs. Concretizando, questiona-se se existe igualdade de acesso a bens primários (alimentação, educação, habitação, saúde e proteção social). Por outro, em que medida são asseguradas outras condições essenciais para a **qualidade de vida** dos mesmos: proteção civil, sustentabilidade ambiental,

prosperidade económica e emprego e as demais liberdades, direitos e garantias (implicando a salvaguarda dos direitos civis e políticos).

Face ao que acabámos de expor, torna-se clara a interpretação generalizada que é feita pela comunidade académica quanto à necessidade de se construírem vários indicadores compósitos (ou de síntese) para medir o bem-estar social (à escala internacional, normalmente⁴; mas também a uma escala nacional⁵).

Sem surpresa, muitas dessas contribuições veem de cidadãos naturais de países asiáticos onde as desigualdades são manifestamente visíveis. Os exemplos de Amartya Sen⁶ e de Muhammad Yunus são paradigmáticos⁷.

1.2.3 O significado de crescimento económico e a sua mensuração

A questão das desigualdades na repartição da riqueza nacional constitui a pedra de toque para um debate que vem desde os anos de 1970 sobre a discrepância entre crescimento económico e desenvolvimento. O crescimento económico significa genericamente o aumento do volume da produção de bens e serviços produzidos num país ou numa região. Ou seja, a medida adotada para a sua quantificação é o Produto Interno Bruto, a preços constantes (entendidos como preços de mercado com referência a um ano-base), que equivale à soma do valor acrescentado em todas as unidades de

⁴ Vejam o artigo de Damásio e Mah (2011) acerca de vários indicadores internacionais.

⁵ Consultem, por ex, o Índice de Bem-estar publicado pelo INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indbemestar&xlang=pt. Os dados para Portugal (2004-2018) estão disponíveis na Pordata, em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/%C3%8Dndice+de+Bem+Estar-2578>.

⁶ Ver vídeo de entrevista do próprio: “*Equality and growth – an interview with Amartya Sen*” (Nações Unidas, 2015): <https://youtu.be/L9gQY0tln4o>. “Economista indiano, Prémio Nobel de Economia em 1998 pela sua contribuição para as teorias da escolha social e do bem-estar social. Professor de Harvard (EUA), foi um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e fundador do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU). Sen é reconhecido internacionalmente por sua dedicação ao combate à pobreza com soluções concretas e estratégias complexas em obras traduzidas para mais de 30 idiomas.”. Texto adaptado do portal “Fronteiras do pensamento”, em:

<https://www.fronteiras.com/conferencistas/amartya-sen>.

⁷ Ver vídeo de conferência do próprio: “*Muhammad Yunus - Empresas Sociais - Danone-Grameen*” (legendado em português), em: <https://youtu.be/KmHyoW3Www4>. “Economista bangladeshiano nascido a 28 de junho de 1940, na aldeia de Bathua, em Chittagong. Iniciou os estudos em Economia em 1955, na Universidade de Dhaka, onde terminou o mestrado em 1961. Recebeu uma bolsa de estudo e foi fazer o doutoramento nos Estados Unidos da América, na Universidade Vanderbilt, tendo terminado em 1969. Seguidamente, e até 1972, foi professor assistente de Economia de 1969 a 1972 na Middle Tennessee State University.

Após este período nos EUA, regressou ao Bangladesh, onde iniciou uma luta contra a fome que assolava o país. A partir de então, dedicou-se a descobrir formas de combate à pobreza através de pequenos empréstimos. Os bancos recusam-se a emprestar dinheiro a pessoas sem recursos por falta de garantias de retorno, mas Yunus desenvolveu aquilo a que hoje se chama o **microcrédito**, de forma a conceder esses empréstimos às pessoas mais desfavorecidas para que possam iniciar atividades que lhes garantam o sustento. De 1975 a 1989 foi o Diretor do Programa Económico Rural. Em 1976, com os resultados positivos obtidos, fundou o banco Grameen, conhecido como “banco da aldeia”, para consolidar o programa contra a pobreza já iniciado.

Entre os muitos prémios que lhe foram atribuídos, recebeu o Prémio Nobel da Paz, juntamente com o banco Grameen, em 2006, pelo seu empenho na erradicação da pobreza através do desenvolvimento do microcrédito, contribuindo assim para o crescimento económico e social.”. Texto adaptado do portal Infopédia, em: [https://www.infopedia.pt/\\$muhammad-yunus](https://www.infopedia.pt/$muhammad-yunus).

produção estabelecidas no território de um dado país⁸.

A haver crescimento económico então poder-se-á concluir que ocorre a criação de mais riqueza nesse país ou território.

De forma ilusória, o facto de se registar um aumento na média do rendimento nacional (equivalente ao PIB por habitante) não significa que a repartição pessoal seja necessariamente mais equitativa. Importa perceber o que acontece ao desvio-padrão do rendimento nacional, razão pela qual os economistas do desenvolvimento se debruçam sobre o leque salarial ou o índice de Gini (associado à Curva de Lorenz).

Mas a questão do bem-estar é mais complexa do que a componente salarial: devemos nos interrogar acerca das condições em que milhões de pessoas exercem a sua atividade nos diversos países, inclusive nos mais desenvolvidos.

1.2.4 O significado de crescimento económico e a sua mensuração

Além da questão da remuneração importa avaliar as **condições de trabalho** – tipo de vínculo laboral, remuneração, proteção pessoal, direitos laborais (gozo de férias, licença de maternidade sem prejuízo da carreira), possibilidade de teletrabalho, flexibilidade de horário, desenvolvimento de carreira e progressão salarial.

Neste capítulo, é de assinalar os riscos de assédio moral e da exaustão do trabalhador num contexto de tremenda competição e precariedade no emprego, ao mesmo tempo que os gestores (em sentido lato) são eles próprios pressionados a extraírem o máximo dos seus subordinados para maximizarem os lucros das empresas - aliciados com a expectativa de bónus elevados na sua remuneração anual.

Neste sentido, a obtenção de resultados líquidos (lucros) muito apreciáveis em determinados setores de atividade omite os custos pessoais e familiares (não contabilizados) decorrentes da enorme pressão psicológica que é sistematicamente exercida sobre os colaboradores. Os índices de stress deixam marcas profundas nas pessoas a longo prazo e interferem drasticamente na capacidade de os indivíduos fazerem escolhas livres em matéria de planeamento familiar e de carreira, incentivando o comportamento individualista em detrimento de sentimentos altruístas e de afeto para com o próximo.

Portanto, em pleno séc. XXI verifica-se em diversas latitudes um sério problema de ansiedade nos indivíduos e nas sociedades perante a incerteza crescente quanto ao futuro, alimentando rivalidades e tensões crescentes que servem de lastro a movimentos populistas e a radicalismos religiosos bastante ameaçadores dos progressos alcançados em matéria de realização dos direitos civis, políticos e sociais consagrados na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Nações Unidas, 2017).

Ora, estas contingências (custos sociais e ambientais) poderão ser encaradas como efeitos externos negativos (ou *externalidades negativas*) decorrentes do modelo de organização capitalista que se tem vindo a impor por via da globalização, superando as distâncias ideológicas. Da China comunista (cujo modelo político assenta no capitalismo de Estado), passando pela Rússia (polo principal da antiga União das Repúblicas Socialista Soviéticas, vulga União Soviética), Europa Ocidental, Américas e culminado no continente australiano, o mundo vive hoje tempos de tensão social enorme.

Acresce que alguns dos maiores ‘players’ da economia mundial persistem em manter

⁸ Ver “Como se calcula o PIB” (INE, 7 Nov 2013). Documento disponibilizado na Moodle.

modelos de produção industrial que não são ambientalmente sustentáveis. O aquecimento global, aliado à progressiva desertificação de vastas áreas do planeta, a redução da disponibilidade de solos férteis, a ameaça à segurança das populações que habitam nas zonas costeiras, os elevados índices de poluição nas áreas urbanas, a mortalidade apreciável associada a doenças cardiovasculares e respiratórias – fruto da degradação do ambiente natural e humano – e a perda irreparável dos habitats naturais que serviam de suporte a atividades económicas outrora sustentáveis acentuam a relevância de os Estados nacionais e a instituições de governança mundial se articularem e cooperarem na prossecução dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*.

Está, pois, em causa o “*Nosso futuro comum*”⁹; impõem-se urgentemente soluções inovadoras a nível social (*inovação social*) que mais do que mitigar ajudem a prevenir riscos sistémicos (sociais, económicos e ambientais) que ameçam seriamente a qualidade de vida dos povos aonde quer que habitem, seja qual for a interpretação de bem-estar que seguida pelas comunidades regionais ou locais. Só existe um planeta e a regeneração dos recursos naturais está sob séria ameaça.

⁹ Traduzido do *Relatório Brundtland* (Nações Unidas, 1987). Documento original em inglês na Moodle). Resumo disponível em português no portal de instituição brasileira: http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1003-nosso-futuro-comum-relatorio-brundtland.